

ATA NÚMERO 23

SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2017

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Armindo José da Cunha Abreu, Hélder José Magalhães Ferreira e Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Lucinda Fonseca, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, Jorge Mendes, Raimundo Magalhães Carvalho, Angelina Teixeira e Carlos Pereira, respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, Octávia Manuel Clemente, **Joaquim Teixeira**, Hélder José Magalhães Ferreira, **Marta Marinho**, **Armando Batista Carvalho**, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, **José Augusto Pinto da Silva**, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Carlos António da Silva Carvalho, José de Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Rita Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Sílvia Mota**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e **Hernâni Carneiro**.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
Lomba – José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – José Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Armando Coimbra
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva - substituída por Luís Dinis
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
TELÕES – Domingos Pinheiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo substituído por José António Ferreira
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite substituído por Manuel Claro

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Alexandra Matias, Cláudia Daniela Mota e Silva, Maria José Castelo Branco, Fernando Miguel Cardoso, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Sara Maia, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Rui Leite e António Jorge Vieira Ricardo

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à aprovação da ata da sessão anterior, a de dezassete de dezembro de dois mil e dezassete.

Relativamente a esta ata, apenas solicitaram algumas correções os senhores Deputados: António Araújo, José Joaquim Magalhães Teixeira e António Jorge Vieira Ricardo que embora não tendo estado presente, solicitou através do seu substituto e por escrito alterações à sua intervenção. As correções essas efetuadas de imediato. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a ata de dezassete de dezembro, os seguintes Deputados: Hugo Carvalho, Henrique Monteiro, José António Pereira Ferreira, Armando Batista Carvalho, Manuel Claro, Joana Filipa Seixas Magalhães, Marta Marinho, Joaquim Teixeira, e Luís Carlos Costa Dinis. Da votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

De seguida o senhor Presidente deu conhecimento da correspondência chegada até esta data.

Leu de seguida um Voto de Pesar subscrito por ele próprio, que a seguir se transcreve: “Faleceu no Porto, em 13 de janeiro último o Senhor Prof. Engenheiro José António Fonseca da Mota Freitas.

Nasceu circunstancialmente, em Chaves em 1939, onde seu pai exercia funções militares, mas está indelevelmente ligado a Amarante pelos laços de sangue dos seus progenitores.

Ele próprio considerava-se um Amarantino.

Foi um reputado engenheiro civil de estruturas, tendo recebido em 2009 o prémio “Outstanding Structure” (OSTRA), atribuído pela Internacional Association for Bridge and Structural Engineering (IABSE), como chefe da equipa responsável pelo projeto da estrutura “inovadora, criativa e notável “da Igreja da Santíssima Trindade, a nova Basílica do Santuário de Fátima, inaugurada em 2007, ano em que lhe foi atribuída a mais alta distinção portuguesa do género, o “Prémio Secil da Engenharia Civil”, também pelos méritos deste projeto.

A relevância do prémio “OSTRA” resulta do facto de ser o mais importante a nível mundial, sendo considerado o “Pritzker”, ou o “Óscar” da Engenharia Civil.

O reconhecimento do mérito da sua carreira de engenheiro civil, bem como do homem de alto espírito humanista veio-lhe da sua Ordem, em 2012, com a entrega do seu mais alto galardão, a Medalha de Ouro.

E se, como engenheiro civil e projetista teve fama e reconhecimento nacional e mundial, foi também um respeitado e amado professor da Universidade do Porto, na sua Faculdade de Engenharia, tendo terminado a sua carreira docente em 2008, na categoria de Professor Catedrático convidado, da Secção de Estruturas, do Departamento de Engenharia Civil.

Em 11 de Novembro de 2009, deu a sua última aula, a que tive o privilégio de assistir, em representação do município de Amarante, mas também a título pessoal, que constituiu o ato público e solene de homenagem da FEUP ao seu alto mérito académico e profissional.

Confirmei o respeito e amizade que toda a Academia lhe tributava, e a sua alegria de viver e a humildade genuína de que só os “altos espíritos” são tributários.

Morreu ainda novo, depois de uma vida profissional cheia e brilhante e de uma vida pessoal que sempre enfrentou com a galhardia necessária para ultrapassar as maiores tragédias que lhe podiam ter acontecido, como a morte de um filho, ou a paraplegia que um acidente lhe provocou. Apesar destas tragédias pessoais, nunca se revoltou com a vida e foi sempre um homem compreensivo e justo, atento às necessidades de quem o rodeava.

Merece, pois o Professor Eng^o. José Mota Freitas o nosso reconhecimento e a nossa singela homenagem pela sua vida profissional de reconhecidos méritos e pelo seu exemplo de apego aos valores de uma cidadania ativa, como Amarantino, que também era.

Proponho que a Assembleia Municipal guarde um minuto de respeitoso silêncio pelo decesso do Senhor Prof. Engenheiro, José António Fonseca da Mota Freitas e que apresente à sua família as suas sentidas condolências, mas também o nosso orgulho por partilharmos a nossa terra com tão eminente figura.

Feita a leitura do Voto de Pesar, foi o mesmo posto à votação, de que resultou a aprovação por Unanimidade. Foi de seguida guardado um minuto de silêncio.

De seguida deu entrada na Mesa um outro Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Mário Soares, subscrito pela senhora Deputada Dra. Octávia Clemente que a seguir se transcreve: “É com profundo pesar que a Assembleia Municipal de Amarante assinala o falecimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares.

Mário Soares é indubitavelmente uma figura maior dos valores do republicanismo, e será para sempre recordado como um homem ímpar na História de Portugal. Homem de compromisso cívico e político assumiu desde muito novo o combate à ditadura fascista lutando de forma desassomburada pela democracia, pelos direitos humanos e liberdades fundamentais alicerçada no respeito pela diferença e na liberdade de opinião.

Defensor dos presos políticos, ativo apoiante das candidaturas presidenciais de Norton de Matos e Humberto Delgado, sofreu a prisão e o exílio por motivos políticos.

Em 1973, foi um dos membros fundadores do Partido Socialista. Mas é nos anos que sucederam à ditadura que se notabilizou no desempenho dos mais altos cargos políticos, designadamente como deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, deputado ao Parlamento Europeu, membro eleito do Conselho de Estado, vice-presidente da Internacional Socialista, Ministro, Primeiro-Ministro e Presidente da República.

Os últimos 42 anos de democracia ficaram marcados pela forma incontornável da ação governativa de Mário Soares designadamente no sistema nacional de saúde, na educação, no trabalho, no Estado Social, na autonomia e desenvolvimento do Poder

Local e na abertura de Portugal ao mundo através da adesão à Comunidade Económica Europeia.

Mário Soares foi um político arrebatador que exibiu um carisma muito peculiar bem presente nas ações de rua, nos comícios, nos debates televisivos, nos auditórios e nas bancadas da Assembleia da República, bem como em todas as intervenções públicas em que participou. Esses momentos que permanecerão para sempre na História da vida política portuguesa são recordados e reconhecidos transversalmente na sociedade portuguesa, nomeadamente na classe política onde se incluem tanto colegas e amigos, como adversários e até inimigos.

Este grande estadista foi um homem da cultura. Combativamente livre e com grandes qualidades políticas, foi contraditório, divergente e polémico, não deixando de ser tolerante e solidário.

Teve um papel relevante na formação da sociedade democrática, estimulou o debate e a análise crítica. Nos últimos anos de vida, percecionou o perigo da desagregação da União Europeia devido ao seu afastamento dos valores da liberdade, da igualdade, da solidariedade, do humanismo e do cosmopolitismo, temendo o fim deste projeto de paz que nasceu dos escombros da 2ª guerra mundial.

A Assembleia Municipal de Amarante, reunida em sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2017, manifesta publicamente o seu voto de pesar pelo falecimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares transmitindo a toda família, bem como ao Partido Socialista, as mais sentidas condolências.”

Feita a leitura do Voto de Pesar, foi o mesmo posto à votação, de que resultou a aprovação por Unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para usar da palavra neste período da Assembleia os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra o senhor Deputado disse: “Cabe-me a mim abrir as hostilidades com um assunto que eu considero de grande relevância. Tivemos notícia da não aprovação por parte de toda a oposição da revisão orçamental por incorporação dos saldos da gerência. Este saldo tem sido utilizado aquando da aprovação dos documentos de aprovação de contas que ocorre durante o mês de abril. Soubemos que houve uma proposta para a utilização do saldo, com o objetivo de se conseguir, com ganho de tempo em obra e desencadear os procedimentos de contratação pública, para poder disseminar o saldo pelas rubricas deixadas com valor residual. Esta proposta também sabemos que tinha parecer a sustentá-la por parte dos Serviços Técnicos da Câmara e também um parecer do senhor Professor Mota e Costa. Também sabemos que é uma prática seguida por outros municípios, designadamente, pelo município de Matosinhos. Com este mecanismo, o que se propunha era contribuir para o aumento do investimento ao criar e ao beneficiar a criação de infraestruturas nas freguesias, quer em termos de pavimentações, de arranjos urbanísticos... e quer ainda em contratos de cooperação. Sendo esta uma altura em que não aparecem as grandes receitas para o município, era uma forma de agilizar procedimentos e de se antecipar obra nomeadamente para as freguesias. Por isso, esta não aprovação, trará, seguramente, prejuízo quer para as freguesias, quer para Amarante, e em nosso entender não aproveitará ninguém. Eu gostaria de dizer ao senhor Presidente da Câmara, que depois, se achar pertinente, nos esclareça melhor acerca da importância da aprovação desta proposta!”

LUIS RUA VAN ZELLER - PSD

No uso da palavra, começou por dizer que iria ler uma breve nota sobre o falecimento do senhor Engenheiro Mota Freitas, nota essa do seguinte teor: “No passado mês de janeiro faleceu no Porto o Engenheiro José Manuel da Mota Freitas.

Era considerado como um dos mais brilhantes engenheiros civis do país, com mérito reconhecido internacionalmente.

O Engenheiro Mota Freitas, embora não tenha nascido em Amarante, era filho e neto de Amarantinos.

Era assistente e Professor na FEUP, das Estruturas Mecânicas dos Solos, Resistência de Materiais e Construções Cívicas.

A par da sua ação na FEUP, desenvolveu atividade profissional no Gabinete de Estudos da ETEC, tendo sido sócio gerente desse gabinete.

Desenvolveu intensa atividade como projetista sendo a sua obra mais emblemática o projeto da estrutura da igreja da Santíssima Trindade, em Fátima, internacionalmente considerada como o equivalente a um Prémio Nobel da Engenharia.

Prosseguiu a sua intervenção para dizer que registava com agrado o facto do PDM ter entrado numa fase determinante. Como todos sabemos, a revisão do PDM, leva neste momento dez anos. Com dez anos que temos do PDM em vigor, são vinte anos. De catorze de fevereiro a vinte e oito de março, decorre o período de discussão pública da proposta de revisão do PDM. De resto, já estão a decorrer reuniões alargadas, sete no total, que decorreram em vários locais. Ontem decorreu aqui, à tarde, a sessão de esclarecimento destinada à União de Freguesias de S. Gonçalo, Madalena, Cepelos e Gatão, Salvador do Monte; Lomba e Lufrei. Tive oportunidade de assistir à apresentação liderada pelo senhor Vice Presidente, que achei muito bem conseguida, complementada depois pelos Técnicos responsáveis desta Câmara. Isto vai repetir-se noutros locais já devidamente publicitados. Sendo assim, todos deviam estar atentos, a começar obviamente pelos senhores Presidentes de Junta. Não será demais realçar que o PDM é um instrumento fundamental, estruturante para o território do nosso concelho. Portanto, congratulo-me com a Câmara por se ter finalmente chegado a esta fase. Do processo, só a parte do texto que nos descreve os passos que esta Câmara e a anterior tiveram de dar para levar este processo a bom porto, são nove folhas A4. Tem sido uma autêntica saga que agora chegou a esta parte. Estamos a aproximarmo-nos do fim e teremos assim um PDM de última geração. Daí, os meus cumprimentos à Câmara e também a quem ao longo dos anos desenvolveu este trabalho.

CARLOS ANTÓNIO SILVA CARVALHO – PSD

O senhor Deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “O imediatismo do mundo de hoje faz com que a memória, na maior parte dos casos, seja curta. Ao mesmo tempo, e contribuindo para esse mesmo imediatismo, a informação deixou de ser feita ao dia para passar a ser comunicada ao segundo. Em resultado disso, muitos esperam que hoje se execute em muito menos tempo do que aquele que se levava há poucos anos atrás.

E também em política assim o é. E também em Amarante assim o é.

Este é um ano de prestação de contas, um ano em que, especialmente em Amarante, se colocarão nos pratos da balança a receita de antigamente, de um lado, e a receita de hoje em dia, no outro. O curioso dos anos de prestação de contas é que há sempre quem, recorrendo ao tal imediatismo e à informação ao segundo, queira ver mais de duas décadas de política feita com a receita de antigamente, corrigidas em pouco mais de três anos, com a receita de hoje em dia.

Não pude deixar de reparar num artigo de opinião, recentemente publicado em jornal local, onde, com base numa infografia dum órgão de comunicação social nacional, se destacava a quebra das exportações de empresas de Amarante entre 2013 e 2015. Factos são factos.

E números são números, pelo que a diminuição do volume de exportação verificado no nosso concelho é uma realidade. Mas o que também é uma realidade é

que, primeiro, não é um Executivo eleito em 2013 que consegue influenciar em dois anos (recorde-se que a análise se referia aos anos de 2013 a 2015) a capacidade exportadora do tecido empresarial do concelho; segundo, é de todos conhecida a influência que a indústria da construção e suas relacionadas, em especial a metalomecânica, têm no volume de exportações com origem em Amarante e, como também é reconhecido, o abrandamento que estas indústrias sofreram nos mercados para onde tradicionalmente exportam, fruto e resultado da crise do petróleo, faz com que essas exportações decresçam, em resultado da menor procura. E quanto a isto o que poderia este Executivo realmente fazer? Nada.

O que acontece, no desenrolar de demagogia que esse artigo de opinião oferece é o tentar pegar em chavões para procurar desacreditar a política de captação de investimento que tem vindo a ser implementada em Amarante ao longo do presente mandato autárquico. Porque, goste-se ou não, se se verifica uma queda acentuada nas exportações do concelho, isso resulta duma má política de apoio empresarial, da não captação de investimento e, sobretudo, do não incentivo à diversificação económica que aconteceu, não nos últimos três anos, mas nos anteriores vinte e quatro.

E por isto, o artigo que se intitula “(Des)afirmar Amarante”, deveria antes ter o título de “E é assim um tiro que sai pela culatra”. Nos tais dias de hoje em que a informação ao segundo faz com que muitos só leiam as “letras gordas”, não podemos, ou não devemos, permitir e aceitar que a política se faça de títulos sem sustentação. Em Amarante, também não devemos aceitar, e estou certo de que os amarantinos assim o pensam, que se tape com chavões aquilo que hoje está a acontecer e que nunca se verificou anteriormente.

Ao contrário da quebra do volume de exportações que resulta de um alargado conjunto de fatores, mas que resulta também das más políticas da receita de antigamente, hoje capta-se investimento; hoje procuram-se soluções para que aqueles que queiram empreender o possam fazer cá, nas mais variadas áreas, mas com um enfoque especial naquelas que, independentemente das conjunturas, mais hipóteses de subsistência apresentam, como o agroalimentar, por exemplo; hoje a comunidade empreendedora de Amarante encontra-se, reúne e partilha ideias; hoje procura-se criar uma dinâmica sociocultural no concelho que faça de Amarante um território mais atrativo, capaz de cativar quem procura um local para viver e/ou para desenvolver a sua ideia de negócio. Não sobram dúvidas de que hoje, em Amarante, se lançam sementes para que, no futuro, este território prospere de forma mais sustentada do que o vem fazendo nas últimas décadas.

E preparar o futuro é a missão mais nobre que a ação política tem e a preparação desse mesmo futuro que hoje se faz em Amarante, isso sim, é da clara responsabilidade de quem lidera a gestão do Município desde finais de 2013.

Muito vai ser dito ao longo deste ano, muitas pesagens vão ser feitas, mas exige-se que aqueles que têm responsabilidades façam as análises com clareza e de forma justa, porque, apesar de a memória muitas vezes ser curta e de se quererem resultados cada vez mais imediatos, não pode valer tudo e qualquer coisa para conquistar opiniões.”

HUGO CARVALHO – PS

O senhor Deputado fez, neste período da Assembleia a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “No dia 29 de setembro de 2013 o projeto apresentado pela coligação Afirmar Amarante venceu as eleições autárquicas no concelho de Amarante.

Passaram quarenta e dois meses desde essa data e está cumprido quase 90% do tempo do seu mandato. Tempo esse ao qual deveria corresponder igual percentagem de concretização do projeto autárquico apresentado.

Quarenta e dois meses depois é mais que justo que nesta Assembleia Municipal, órgão máximo fiscalizador da atividade do município, se faça uma avaliação clara das prioridades políticas, dos objetivos traçados e dos resultados obtidos.

Um mandato que foi apelidado de uma nova centralidade para Amarante que hoje passados 42 meses constatamos que nunca existiu.

Este Executivo foi incapaz de desenvolver os projetos que considerava âncora para o concelho. Que é feito do futuro Parque da Cidade de Amarante esse projeto estruturante como sempre defendeu? Zero. Não existe rigorosamente nada da sua execução.

Tenho ainda a expectativa que a proximidade das eleições autárquicas o mova nestes 6 meses a realizar um conjunto de pequenos arranjos no nosso parque florestal que esqueceu de realizar ao longo dos 42 meses do mandato.

Um outro eixo chave do seu projeto para Amarante. O comboio. Que sucesso reconhece da sua ação neste tema? Nada mais conhecemos que estudos atrás de estudos que procuraram justificar a ineficácia das suas ações.

Este é o Executivo Municipal que defendeu, e bem, a aposta no rio mas que deixou em terra os principais projetos que defendia e outros acabou mesmo por deixar ir por água abaixo.

Um Presidente resignado que nada mais fez que concretizar aquilo que lhe deixaram em mãos. Concretizará neste mandato o novo destacamento da GNR de Amarante, no local e nos pressupostos que se opôs no passado por pura estratégia política, como bem sabemos.

Concretizará as termas em Amarante, um dossiê demorado é um facto, mas que herdou em plena fase avançada para a execução.

Com o passar do mandato foram caindo as máscaras desta governação.

Caiu a máscara do planeamento, com os apoios ad hoc às instituições do concelho, a quem não questionamos a sua valia e trabalho que desenvolvem no concelho. Mas a forma de se ser justo é existirem critérios claros e transparentes para todos. Algo que nunca existiu nestes 42 meses de governação.

Quarenta e dois meses onde se investiu na infraestruturação de equipamentos desportivos sem a mínima preocupação de desenvolver a carta desportiva para o concelho que enquadrasse e rentabilizasse todas as intervenções a realizar. Um campo de ténis aqui e ali, ou um sintético aqui e acolá, sem que se perceba qual a estratégia desportiva do concelho ou a coesão territorial de um concelho com as especificidades como o nosso.

Caiu também a máscara na regeneração urbana. O que há de novo em Amarante? Menos reabilitação do espaço público, menos autonomia para o investimento das Juntas de Freguesia, e a definição de áreas de reabilitação urbana tardam em mostrar resultados para além de uma lona num monumento emblemático da nossa cidade.

Mas ao senhor Presidente da Câmara é justo reconhecer-lhe um grande mérito político. O mérito de agarrar o CDS-PP a um projeto do qual ficaram completamente apeados. É tempo de dizer que projeto em que o CDS empurra o PSD, mas que depois fica de fora do comboio da decisão política, esse projeto falhou.

E porque este projeto falhou, caiu a máscara a este Executivo que se apelidou do planeamento, dos projetos e das estratégias.

Com 90% do tempo do mandato passado, este Executivo foi incapaz de afirmar Amarante como um ponto nevrálgico entre o Douro Litoral e Trás os Montes.

Este foi o Executivo que não se apercebeu da centralidade que o túnel do Marão confere ao nosso território, às nossas empresas e aos nossos comerciantes.

Este foi o Executivo que não se apercebeu da recuperação económica da nossa economia e das oportunidades que daí resultam. Não há uma estratégia visível para o comércio tradicional por exemplo.

Este é o Executivo que ainda não se apercebeu que o que distingue Amarante não é o tamanho da sua árvore de natal, o que distingue Amarante é sua História, as suas Tradições e a sua Cultura.

Afirmar Amarante é mais do que está a fazer.

O planeamento é o ad hoc, a estratégia é a gestão corrente e os resultados são os conhecidos.

Caiu a máscara do Parque Florestal; na valorização do rio; na centralidade do hospital, na democracia participativa, no envolvimento e na partilha de decisão dos decisores políticos, na linha férrea, na regeneração urbana.

É por isso que a crítica que hoje o Partido Socialista faz a esta governação não são meras palavras de circunstância.

É prova cabal de que o PS acredita num rumo alternativo para o concelho de Amarante, que devolva a centralidade aos cidadãos, a credibilidade na estruturação de um projeto político para a valorização do nosso concelho, desde à cultura, à indústria, ao bem estar e à qualidade de vida. Estaremos aqui para demonstrar que é possível fazer mais por Amarante, mais pelo nosso concelho e mais pela nossa terra”.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA- PS

No uso da palavra começou por dizer que ia ler parte da ata de 16 de janeiro de 2017, relativa à construção da Barragem de Fridão de modo a fazer um enquadramento na intervenção que irá fazer a seguir. Diz o senhor Presidente da Câmara nessa ata que “a haver qualquer indemnização, que a mesma seja justa e que a percentagem seja de forma igual para todos”. Referiu ainda que “será enviada uma lista de todos os investimentos que estão a ser realizados e que poderão ser pagos ou comparticipados, se for caso disso”. Concluiu que “todos os desenvolvimentos acerca desta matéria serão comunicados a todos os membros do Executivo”.

Fez de seguida a intervenção que a seguir se transcreve: “Permita-me senhor Presidente discordar de. V. Ex.^a, relativamente a esta sua posição.

Amarante é de entre os concelhos sobre influência da hipotética construção da barragem de Fridão, aquele que eventualmente poderá vir a ser mais prejudicado.

Tendo em conta Senhor Presidente que são duas as barragens construídas no nosso território e que se o cálculo das indemnizações compensatórias se fizer só pela área de inundação, o nosso concelho é de todos os concelhos envolvidos neste empreendimento aquele com menos área inundada. A meu ver, a indemnização calculada com base neste pressuposto ficará muito aquém daquilo que seria um contrabalanço compensatório aos impactos negativos que o nosso território pode vir a sofrer.

Não posso deixar de referir que é meu entendimento que as compensações devem ser justas, mas não iguais.

É por isso que Amarante tem de ser compensada de forma diferenciadora e correspondente aos sacrifícios e prejuízos de várias naturezas que vai sofrer.

Preocupa-me também, o período em que eventualmente decorrerá a construção física da obra e que vai certamente criar problemas de diversa ordem, designadamente:

- Aumento exponencial da circulação diária de máquinas e viaturas de pequeno e grande porte;
- Destruição, por via disso, das vias internas de comunicação e dos espaços públicos;
- O risco previsível de acidentes da mais variada natureza;
- A perturbação da qualidade de vida e até mesmo da saúde das pessoas devido ao surgimento de poeiras, lamas e inclusivamente o aumento dos níveis de dióxido de carbono;

- A perturbação social que vai afetar o quotidiano das pessoas residentes na proximidade do cenário de construção.

Face a isto, Senhor Presidente, considero da mais elementar justiça que vossa excelência, defenda a compensação às nove freguesias sobre influência da Barragem de Fridão, de acordo com o impacto e proporcionalidade dos prejuízos causados a cada uma destas freguesias.

De igual modo seria tremendamente injusto que na elaboração da lista de investimentos que o Município de Amarante pode e deve reivindicar junto da EDP não direcione, com a devida proporcionalidade, a manifestação de interesse desses investimentos para as freguesias da área de influência da dita barragem”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que na última reunião foi o senhor Deputado Paulo Américo que veio cá fazer o discurso que eu diria entre aspas “do Regime”, e agora foi o senhor Deputado Hugo Carvalho que fez um discurso quase à candidato, embora eu não saiba se vai ser ou não candidato a alguma coisa. Haverá certamente outros discursos com este registo.

De facto é sempre a mesma conversa. Agarram-se ao Parque da Cidade que eventualmente será a única coisa que não conseguiremos fazer na totalidade. Mas as outras cento e sessenta medidas foram feitas. Sei que relativamente ao Parque da Cidade, o senhor Presidente anda quase semanalmente a pedir que lhe cedam aquele espaço.

Quanto ao comboio, o senhor Dr. Manuel Pizarro veio cá dizer que o comboio para Amarante era ridículo. O anterior Executivo disse numa reunião da CIM também que nunca pensou em reativar a Linha do Tâmega. Falaram num Corredor Verde e uma Ecopista. Afinal o que é que o senhor veio defender do comboio? Pode não haver comboio, mas haverá com certeza outras soluções alternativas. Eu, francamente espero que haja comboio.

Depois vem com a GNR. Eu já lhe disse tantas vezes que o quartel da GNR podia ter sido construído ao longo dos vinte e tal anos que foram Executivo. O terreno foi comprado em 2000. De 2005 a 2009 podiam ter tido algumas dificuldades. Mas de 2009 a 2013, viabilizou-se tudo o que havia para viabilizar. Foi assinado o Protocolo em março de 2011. Já repeti aqui, que eu próprio, na altura, estimei a isso perguntando muitas vezes porque é que não se construía o quartel. Diziam-me que estavam à espera do Programa Funcional e que já tinham mandado um ofício para Lisboa. Eu dizia que fossem a Lisboa em vez de mandar ofícios. Este Presidente da Câmara quando tomou posse conseguiu que no espaço de quinze dias estivesse cá o Programa Funcional, porque se calhar foi seis ou sete vezes a Lisboa. Portanto não fizeram o quartel da GNR porque não quiseram, e estão agora preocupados porque fizemos um projeto que era vosso. Se assim é, fico muito satisfeito porque estamos a executar todos os projetos que o PS, não executou ao longo de vinte e quatro anos, duzentos e oitenta e oito meses. As termos a mesma coisa. Fico muito satisfeito que nos digam que estamos a fazer um projeto do PS. Também vamos fazer o sistema viário de Vila Meã. O que é que o PS fez em termos de reabilitação Urbana? Fez zero senhor Deputado. Vem hoje a esta Assembleia a criação de mais três áreas de reabilitação urbana; Amarante Norte, Vila Caiz e Vila Meã. A reabilitação urbana tem vários benefícios. Sem estes documentos não era possível aceder a fundos estruturais para investir em reabilitação urbana. É verdade ou é mentira senhores Deputados? Isto é objetivo senhores Deputados. Esta conversa de dizer que este Executivo não fez nada é de alguém que está noutra planeta e que não vê a nova dinâmica que existe em Amarante. Só não vê quem politicamente não está interessado em ver. Peço-lhe que objetivamente entenda que é bom para todos nós. Estão a fazer-se muitas coisas positivas.

Quanto ao senhor Deputado José Joaquim, tudo o que ele disse sobre a Barragem agora e enquanto foi Presidente da Junta, deve pedir responsabilidades ao anterior Executivo, porque foi ele que negociou e celebrou alguns protocolos com cláusulas confidenciais, incluindo as indemnizações e tudo o mais que o senhor veio aqui falar.

Por fim, quero agora dizer que o saldo de gerência é na ordem dos quatro milhões e cem mil euros que podia e devia ser já incorporado.

ANTÓNIO TOMÁS - CDS/PP

No uso da palavra o senhor Deputado começou por perguntar ao senhor Deputado Hugo Carvalho se por acaso o CDS o mandou para falar em nome dele. De qualquer das maneiras a crítica que nos faz de não estarmos no comboio não faz sentido nenhum porque nós neste momento já estamos outra vez no comboio com o PSD. Neste momento, a coligação Afirmar Amarante vai para a frente e o CDS vai estar de alma e coração no projeto porque se revê nele e neste futuro. Revê-se numa Amarante evoluída e mais conseguida. Em nome do CDS, somos nós que falamos e não precisamos que alguém venha falar em nosso nome.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que há casos em que a lei permitia incorporar agora o saldo de gerência. Muitos ficariam a ganhar. Não quiseram, tudo bem. Ganhariam as Juntas de Freguesia, as associações etc. Podíamos avançar com algumas obras, mas tudo bem, vão ser feitas na mesma. Poderá não ser no tempo previsto. Peço desculpa aos senhores Presidentes de Junta, mas não me compete a mim, mas sim a uma decisão da Assembleia e da Câmara.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Carlos Carvalho, devo dizer que ele explicou e bem os valores das exportações. Nos anos de 2010 e 2011 e 2012 andaram à volta dos trinta milhões. Em 2013 passou para os setenta e quatro milhões, voltando de seguida à normalidade, mas mesmo assim acima dos valores dos anos anteriores num total de quarenta milhões. Se compararmos, e tirando 2013, que foi um ano atípico, porque estamos a falar de dez empresas com grande capacidade exportadora, bastando que uma delas exporte mais ou menos para haver logo oscilação.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Hugo Carvalho disse que é um belo discurso de início de campanha eleitoral a que o senhor deu hoje início. Eu ainda não dei, e por isso nem me vou dignar a responder-lhe, embora não queira dizer que não vá ter resposta. Vai ter a resposta toda quando eu entrar em campanha eleitoral. Nessa altura todos os Amarantinos vão perceber o que foram os anos anteriores e estes quarenta e dois meses. Vão ver aquela que é a diferença do que era feito nas Juntas e o que foi feito. Em três anos estamos a falar de nove milhões e setecentos euros, que podemos comparar com os cerca de quatro milhões anteriores. Os números vão ser todos explicados e aí os senhores com alguma legitimidade vão ter oportunidade de falar. A campanha eleitoral começou para alguns, mas para mim ainda não. Quando eu começar explicarei a todos os Amarantinos as diferenças.

Disse ao senhor Deputado José Joaquim que percebe a preocupação tardia que ele trouxe, mas essa preocupação deveria ter sido anterior a maio de 2011. Foi nessa data que o Executivo do PS assinou um acordo de indemnização com a EDP. Foi nessa altura que foram esgrimidas as compensações para Amarante. Parece um bocado anormal que seja agora exigido que este Executivo o faça. Isto não quer dizer que esteja parado. Compreendo as suas preocupações, mas na devida altura, quando já teve outras funções, incluindo a de Presidente da Junta, é que devia ter feito essas alegações. Relativamente ao centro ter passado para Almada, foi uma decisão do Governo. Obviamente se o Governo diz que está seguro, eu tenho de acreditar. Se me

pergunta se eu concordo, eu digo-lhe que não, porque devia estar cá. O governo cada vez é mais centralista, puxa tudo para perto de si. A questão da segurança, julgo que estará assegurada.

Disse depois que iria passar a palavra ao senhor Vereador André Magalhães para confirmar contextualizar aquilo tinha referido relativamente ao ano 2013 e pós 2013.

Usou então de imediato da palavra o senhor **VEREADOR ANDRÉ MAGALHÃES** que começou por dizer que no que diz respeito às exportações é importante dizer que este assunto esteja na ordem do dia pois é um assunto preocupante e como tal deve preocupar-nos a todos. É importante perceber qual é o nosso ponto de situação relativamente aos outros concelhos, tendo em conta a nossa capacidade exportadora e empresarial. Isto é uma coisa que nos move e que acaba por validar muitos dos esforços e dos investimentos nos projetos que estamos a lançar. Isso é uma prioridade nossa, apostar no setor empresarial. Nós fechamos o ano de 2009 com um valor em exportações na ordem dos vinte cinco milhões de euros. Nos anos seguintes aumentou para a casa dos trinta milhões de euros, atingindo os trinta e oito milhões no último ano. Em 2013, verificou-se um pico demasiado acentuado que teve que ver com a variação de um grupo muito pequeno de empresas que tem um valor de exportações muito grande. Como o nosso valor global é baixo, uma pequena variação em dez das vinte empresas exportadoras, representou uma queda de vinte e dois milhões e quinhentos mil euros. Estamos também demasiado dependentes de um só setor empresarial. Isto é uma realidade que já se verifica há vários anos. Isso só reforça a necessidade de investirmos no nosso setor empresarial, nomeadamente no agroalimentar e ainda em setores que envolvam novas tecnologias.

Ao longo dos últimos meses lançamos uma campanha para o investimento para procurar trazer para o nosso território novas empresas que possam enriquecer o nosso tecido empresarial. Desde o lançamento do Invest tivemos já sessenta e três intenções de investimento que totalizam um volume de negócios de trinta e cinco milhões de euros. No entanto há que realçar que não estamos a contabilizar projetos com dimensão superior a quinze milhões de euros, embora já tenham aparecido empresários interessados em investir e aos quais temos procurado ajudar a encontrar soluções para que eles o possam fazer. Pela primeira vez e desde novembro do ano passado que o Município de Amarante está qualificado pela AICEP para ser alvo de intenções de investimento que possam ser captadas por via da AICEP que é a principal entidade nacional capaz de apoiar o investimento estrangeiro. Isto acontece porque durante os últimos oito anos nós não tivemos nenhuma intenção de investimento vinda da AICEP, porque não eramos considerados um Município qualificado para o receber. Nunca houve uma aproximação à AICEP de modo a poder encontrar-se soluções para que as empresas interessadas se pudessem instalar, fossem elas nacionais ou estrangeiras. Não fazíamos parte do radar do AICEP. Depois de várias reuniões de trabalho e concluído o processo, tivemos em novembro do ano passado a primeira intenção de investimento vinda da AICEP. Em janeiro deste ano tivemos a segunda intenção de investimento. Isto foi um trabalho que demorou meses e que durante os anos anteriores nunca tinha sido feito. Dessas intenções de investimento, estamos a falar da criação de quatrocentos e vinte postos de trabalho, embora há quem diga que isto não vai acontecer, nem vai ser realidade. Desde setembro até agora, treze destas intenções de investimentos já estão na sua realização em termos de aquisição de terrenos, construção de equipamentos. Das sessenta e três, treze já estão em execução. Neste período o Município de Amarante esteve a dar apoio a oito áreas a saber: apoio ao licenciamento, apoio à orientação a fundos comunitários, apoio a nível de recrutamento, apoio ao nível da formação, apoio ao nível das parecerias locais, regionais e nacionais. A nossa equipa tem ao longo deste período feito todo esse apoio.

Quando nós falamos em desenvolvimento económico, e até em apoios ao comércio, devemos debater estas áreas tendo em conta, não só um dado estatístico desvirtuado de um texto. Quando falamos de apoio ao comércio, falamos de reabilitação urbana, de apoio do Comercio Investe levados a cabo pela Associação Empresarial de Amarante e de Vila Meã, mas apoiados pelo Município de Amarante. Quando falamos da participação em eventos de cariz comercial para a comercialização dos produtos endógenos temos dado o nosso apoio e ajudado à participação em vários mercados, a nível europeu e até a nível mundial. Falamos em investimentos que trazem a Amarante o que de melhor há. Falamos em eventos na área do agroalimentar para ajudar o setor primário e de transformação. Falamos também em termos a partir de setembro do próximo ano uma business Scholl como poucos exemplos há nível nacional. Falamos também em termos em Amarante uma Portuguese Academy a dar MBA e pós-graduações em marketing digital.

Esta semana estive em Lisboa, porque o Centro Económico de Taiwan, nos convidou para recebermos uma delegação de grandes empresas não só de Taiwan, mas também da China, que escolheram três cidades, Lisboa, Porto e Amarante. Foram eles que disseram à AEP que queriam vir a Amarante porque entendem que aqui têm as condições necessárias para terem boas empresas e fazerem bons negócios.

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra disse que a propósito da questão da Revisão Orçamental, nós já nos habituamos aqui a ouvir quando se aprova o orçamento que ele vai ser condicionado, mas aquando da Revisão Orçamental em abril é que vai ser possível integrar todas as obras que faltam designadamente para as Juntas de Freguesia e para as Associações, pois só nessa altura é que vai ser possível concretizar todos os projetos e todas aquelas obras que constam do orçamento com rubricas reduzidas.

No último ano de mandato, no último ano de orçamento e neste caso também, no último de prestação de contas, que irá decorrer em abril por força do dispositivo legal que todos nós teremos de cumprir, a verdade é que chagamos à conclusão que este ano teria de ser antecipado, ou seja, o saldo de gerência, de acordo com a proposta da Câmara teria de ser antecipado, e em vez de abril, que resulta da lei, para fevereiro. Como a oposição votou contra porque entende que é ilegal e tanto deve ser ilegal que não tem proposta nenhuma do responsável financeiro do município, ao contrário do que aqui foi dito pelo senhor deputado Dr. Araújo, porque a proposta que foi apresentada na Câmara tem apenas um parecer técnico de um avençado do município e não do responsável financeiro que não subscreve aquela proposta. Além disso, na proposta que foi apresentada em reunião de Câmara, os senhores Vereadores do PS entenderam que tal não era possível porque era ilegal. Só com a aprovação do Saldo de Gerência, que é feito com a aprovação de contas é que poderá ser feita a revisão orçamental. Aquilo que os senhores Vereadores do PS disseram é que só votavam propostas da Câmara que fossem legais. Tanto quanto eu sei, o senhor Presidente de Câmara disse que tanto podia ser agora como ser em abril. Não é bonito nem é sério vir aqui dizer aos senhores Presidentes da Junta e às associações que não vão fazer as obras porque os senhores Vereadores da oposição não permitiram. A responsabilidade do que não fizeram é da responsabilidade de quem está à frente dos destinos da Câmara e de mais ninguém.

JOSÉ JOAQUIM M. TEIXEIRA- PS

No uso da palavra disse que a intervenção que fez acerca da Barragem de Fridão não foi para exigir nada. Foi apenas para discordar do senhor Presidente da Câmara quanto ao posicionamento que tinha na reunião, e também porque disse que ia fazer uma nova lista de investimentos porque não concordava com aqueles que estavam definidos. Eu mostrei as minhas preocupações de sempre relativamente a

esta matéria. Quero dizer-lhe que não são tardias. Fi-las em reunião com o Executivo de Amarante, enquanto o Presidente era o Dr. Armindo Abreu, e em todos os fóruns em que participei. Em setembro de 2011 tive reuniões com os responsáveis da EDP, para discutir especificamente Fridão. E não faço isto para me evidenciar. Nesta área durmo de consciência tranquila.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que as obras irão ser na mesma executadas, embora com um atraso de três meses. Como segunda nota, gostaria de lembrar o saudoso Autarca Guilherme Pinto, falecido recentemente, tendo sido Autarca em Matosinhos onde implementou esta prática já há três anos. Com base nesta informação e num parecer técnico que me alertou da possibilidade de o fazer, e ainda com base também, no parecer dos Técnicos da Câmara, que o subscreveram, sem o qual eu não o podia fazer, foi então com base nisto tudo que eu coloquei à consideração dos senhores Vereadores para ver se me autorizavam a avançar. Quem tiver que ganhar eleições, não as vai ganhar só porque vai agora antecipar as obras três meses. Era uma questão de razoabilidade. Temos uma verba de quatro milhões e cem mil euros que poderia ser incorporada. Não o será, tudo bem. É por isso que eu digo que vão ser feitas na mesma. Não querem? É mais um tiro nos pés que deram.

Esgotado o tempo e as intervenções destinadas a este período da Assembleia, passou-se então para o **PERÍODO** destinado às intervenções do **PÚBLICO** presente. Inscreveram-se para usar da palavra os senhores **ILÍDIO PINTO** de Carvalho de Rei, que fez a intervenção que a seguir se transcreve: “No site da Câmara Municipal de Amarante lê-se e passo a citar:

História de Amarante

Tudo indica que Amarante deve a sua origem aos povos primitivos que demandaram a serra da Aboboreira - habitada desde a idade da pedra - ou seja 5.000 anos, embora se desconheça com exatidão o nome dos seus fundadores.

Há também registos posteriores de povoamento, já na idade do bronze e mais tardiamente da civilização romana, mais dispersa pelo território.

O primeiro edifício a ser erguido em Amarante data do século XII e a vila ganhou importância com a chegada do santo, ou seja, o nosso padroeiro, S. Gonçalo, entre 1187 a 1259.

No século XIX Amarante com as reformas administrativas passou a concelho.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Amarante!

Já tinha saudades de subir a este púlpito reclamando democraticamente a V. Exa. tudo o que a aldeia de Carvalho de Rei tinha como carência, sempre na oposição.

E foram largos anos de convivência democrática, ou seja 20 anos. Quatro como Vereador e dezasseis como Presidente de Junta.

Reconheço agora e também no passado que valeu a pena todas as minhas reivindicações sempre atendidas por V. Exa e com as críticas sempre diretas dos seus Presidentes de Junta, que lhe diziam que “vai tudo para Carvalho de Rei”. Desde o asfaltamento começado no tempo do Dr. Francisco Assis desde Jazente até à estrada nacional nº 101 em Bustelo, alargamento do cemitério, casa mortuária e respetivas casas de banho, arranjo do curro, casas de banho no Castelo, edifício da Junta de Freguesia, empedramento até São Simão, etc, etc, etc...

Chegados ao século XXI deparamo-nos com o seguinte: O edifício da Junta de Freguesia de Carvalho de Rei e o Centro de Convívio de Idosos fechados há trinta meses. Os idosos metem pena a vaguear pelas ruas e campos completamente abandonados à sua sorte sem o mínimo de conforto. É uma vergonha regional que ninguém tome uma atitude, ao que se chegou nesta freguesia, simplesmente deplorável.

Fui sempre contra a lei que deu origem a esta bagunçada e os resultados estão aí. Indivíduos a governar a nossa freguesia oriundos de outras que nem sequer sabem olhar pelos deles, quanto mais pelos nossos.

E agora não chegando o que está para trás fomos espoliados de mais um edifício onde a Associação Cultural de Carvalho de Rei e Serra da Aboboreira tinha a sua sede desde 2010, ex-escola primária e gentilmente cedida na altura pelo Executivo anterior. Surge agora e para nosso espanto uma ordem escrita do senhor Presidente da Câmara de Amarante enviada ao Presidente da Junta da União de Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei para que lhe fosse entregue a ex-escola, livre e devoluta, até às 15h00 do dia útil seguinte ao da notificação à própria Junta. Conforme consta do protocolo de comodato, a Associação tinha de ser notificada para, no prazo de 30 dias, querendo, tirar todos os seus pertences. Assim não aconteceu e fomos assaltados em pleno dia pelo Presidente Ângelo Magalhães, Tesoureiro Jorge Manuel Gomes, Secretária Anabela Lemos, todos eles elementos da União de Freguesias já acima referida, bem como a Presidente Fátima Elisabete Mendes e Secretário José Magalhães, elementos estes da Assembleia de Freguesia da União. A juntar estavam também 4 (quatro) jornaleiros ao serviço da Junta, assalto este que decorreu entre as 13h15 e as 17h34, no passado dia 15 de fevereiro de 2017, levando-nos todos os nossos pertences, incluindo todas as peças raras e valiosas do nosso museu de Carvalho de Rei, património este avaliado em muitos milhares de euros.

Mais informamos que a Associação não foi notificada até hoje de coisa alguma.

É meu dever como cidadão vir a esta casa da democracia dar conhecimento destes factos, e como é natural, apresentei queixa crime ao senhor Procurador do Ministério Público da Comarca de Amarante.

Assim, pergunto ao senhor Presidente da Câmara o que o move contra a nossa Associação, para ter determinado a Câmara a agir como agiu contra ela com manifesto abuso de poder.

Assim vai a democracia em Amarante”.

Usou de seguida a palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que disse o seguinte: “Senhor Presidente (Dr. Armindo Abreu), aquela sugestão do senhor Presidente da Câmara, na última Assembleia, de se criar um fórum de discussão, é desnecessário, o regimento está bem assim, eu percebo-o (numa outra Assembleia havia dito que eu gostava de vir aqui à frente falar ao que lhe respondi «não preciso de me pôr em bicos de pé»), o que aconteceu, na última Assembleia, foi tão só o uso da figura “defesa da honra” à provocação de que a minha intervenção havia sido encomendada.

As questões são: relativamente aquela proposta de arranjo da estrada, alto de espinho/antenas do Marão, envolvendo os concelhos que assinaram o protocolo do Marão e futuramente, com uma candidatura bem elaborada, propô-la a final duma etapa da volta a Portugal, ouvindo o autor da proposta; o que nos tem a dizer?

Em relação ao caso do “radão” na água, não estranha que isto só agora surja, quando o fenómeno sempre existiu, de facto trata-se dum caso natural (zonas cujo material geológico predominante seja o granito liberta este gás); não sou o tipo que vê conspiração em tudo, mas é caso para perguntar «quem beneficia com a situação?» e logicamente só pode ser a concessionária das águas; repito, não acha estranho? É caso para dizer «isto trás água no bico».

Aqui há tempos passou na televisão uma reportagem, julgo que em Lisboa, sobre aqueles contentores que recolhem roupas que as pessoas lá deixam, e a ideia com que se fica no final da reportagem é que aquilo é feito com propósitos altruístas, afinal de contas não passa dum negócio vantajoso; o senhor Presidente está em condições de nos garantir que os que estão espalhados pela cidade têm o fim a que se destina e não o mesmo que foi reportado?

Quanto à Escola Profissional Dr. Lago Cerqueira, embora concorde com o senhor quando afirma e cito-o «não tenho que saber o que se passa na casa do vizinho», mas senhor Presidente tendo a Câmara, julgo eu, uma participação na escola, e peço-lhe que me corrija se estou errado, não seria de bom tom e um ato responsável saber quem são os outros parceiros(consórcios), daí que eu tenha perguntado o que nos pode dizer relativamente ao Insticoop e Fidestra (organismos associados à escola)?,

Por fim, volto à carga, a atribuição do nome dos jovens desaparecidos Pedro Gomes/João Marinho ao troço da ecopista Amarante-Codeçoso não se efetua só porque fui eu a propô-la? Não sou dos que dizem que o senhor persegue (à parte aquela situação de estar no Hospital Padre Américo para efetuar uma cirurgia e o senhor também por lá apareceu para ser operado, estou a brincar), mas existem formas subtis que à primeira vista parece nada ter a ver mas que no fundo dão o mesmo resultado, quer seja a indiferença, fazendo de conta, ignorando, etc que parece ser o caso; esqueçamos o “mensageiro” fixemo-nos na mensagem, o mesmo é dizer, atribua-se o nome destes valorosos Amarantinos ao referido troço que bem o merecem; deixe-me fazer-lhe uma confissão, prometi a uma pessoa que está aqui presente (senhor Cerqueira), na altura da proposta, já lá vão algumas Assembleias, que deixaria de aqui vir, as coisas não correram como o planeado (culpa minha, culpa alheia, questões que não eram respondidas etc. etc) mas hoje prometo-lhe, senhor Presidente, que vou dar por concluída a minha participação nas Assembleias (parece que já os ouço «até que enfim, finalmente, fazes cá tanta falta como uma viola no enterro»), porque não quero que se verifique comigo aquilo que alguém muito especial vaticinou, em especial a última parte (porque comigo ninguém fica a perder) «primeiro ignoram-te, a seguir riem-se de ti, depois combatem-te por fim tu os derrotarás». Mahatma Gandhi”.

JOSÉ LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra pediu ao senhor Presidente da Assembleia que lhe remeta as questões que anteriormente lhe foram formulados, porque é isso que diz o Regimento, até porque de momento não tem a possibilidade de responder a algumas delas.

Relativamente à primeira intervenção queria só dizer que “trinta meses sem nada a acontecer” era porque as pessoas não tinham um local para se encontrarem. A partir de agora vamos ter um local que esteve fechado, embora, nós não devíamos ter deixado que isso acontecesse, apesar de no início do mandato, tentássemos inverter a situação, foi entendido dar um prazo. A partir de agora e depois deste encerramento por trinta meses, vamos fazer agora com que a situação fique diferente.

Tudo foi retirado com a presença de GNR. Portanto, não houve nenhum assalto. A Associação se quis levar pertences levou. Se não levou, ficaram na Junta para depois serem levantados. Foi isto que aconteceu.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA

Relativamente a este ponto, nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra.

PONTO Nº 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA A “APROVAÇÃO DO PROJETO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE AMARANTE NORTE E DOS “INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA NA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE AMARANTE NORTE”

Relativamente a este assunto, inscreveram-se para usar da palavra:

ANTÓNIO ARAÚJO - PSD

No uso da palavra disse que a sua intervenção se reporta aos pontos números dois, três e quatro, referentes a três áreas de reabilitação urbana que são essenciais para aceder a fundos europeus, quer sejam entidades públicas, quer sejam particulares que tenham necessidade de reabilitar, porque dispõem de um pacote muito significativo de benefícios para essas reabilitações. "Portanto, sugiro à nossa bancada que vote a favor os três pontos".

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra disse que a sua intervenção era comum para os três pontos. A proposta foi aprovada por unanimidade na Câmara e sendo assim a orientação do sentido de voto para a bancada do PS vai no sentido de se votar favoravelmente. Considerando que antes destas três propostas e tendo em conta que aquilo que estamos aqui a aprovar é apenas a delimitação da área de reabilitação urbana, porque já no passado aprovamos aqui a área da reabilitação urbana da área da cidade, pedia então ao senhor Vice-Presidente que nos esclarecesse qual o ponto de situação respeitante à primeira delimitação, no sentido de percebermos, e uma vez que fará este ano, três para a apresentação do plano estratégico, esse sim, um documento importante que nos permitirá perceber aquilo que serão as propostas de intervenção a abranger nestas áreas. Também pretendia perguntar-lhe se estão previstas mais algumas áreas de reabilitação urbana para o resto do concelho, considerando que existem muitas outras freguesias que certamente gostariam de ser contempladas. Qual é a intenção da Câmara relativamente às demais?

JORGE MENDES - VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra e em resposta às questões anteriormente colocadas, disse que o documento respeitante à ARU de Amarante está praticamente concluído, apresentando apenas um ligeiro atraso porque um dos elementos da equipa tem apresentado alguns problemas de saúde que justificam esse ligeiro atraso.

O documento está para revisão e brevemente estará cá fora.

Relativamente ao processo das outras três delimitações, embora a equipa não seja a mesma, o procedimento vai ser o mesmo.

Neste momento não estão pensadas outras ARUs. Identificámos as que estão hoje em discussão, mas não identificámos nesta altura outras ARUs que se venham a propor. Naturalmente estamos abertos a que se entenderem que há outros espaços no concelho que mereçam essa ponderação, nós analisaremos e se for caso disso, estaremos disponíveis para propor novas ARUs. Neste momento isso não está em equação.

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra perguntou qual o critério para ter escolhido estas, e não outras, que reunissem as mesmas condições?

JORGE MENDES - VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que o Executivo sempre afirmou que para além da ARU do Centro Histórico, iriam propor a de Vila Meã porque faz todo sentido uma vez que é o segundo centro urbano de Amarante.

Relativamente ao crescimento da ARU de Amarante, sempre houve uma discussão acerca da área a delimitar. Em função disso, mas também a partir de informação adicional, onde havia a possibilidade de investirmos no Bairro Cancela de

Abreu, se estivesse delimitado em termos de ARU, podendo-se ir buscar alguns financiamentos, entendemos, como útil, a aposta em desenvolver a ARU incluindo essas áreas, incluindo a área de equipamentos que está no plano de pormenor da Baseira, pensando que com financiamentos, teríamos dinheiro disponível para fazer algum investimento em equipamentos do plano de pormenor da Baseira que bem conhece.

Quanto a Vila Caiz, é uma freguesia que tem vindo crescer muito, mas porque tem algumas zonas relativamente antigas entendeu-se que também valeria a pena criar uma ARU, para estimular alguma reabilitação, que em primeiro lugar, será privada. Seguidamente iremos ponderar o que iremos ter como propostas de investimentos adicionais.

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra disse que relativamente à delimitação da ARU do centro da cidade e da ampliação para a zona norte, até porque se percebe a questão do Bairro Cancela de Abreu, e dos equipamentos que estão previstos no Plano de Pormenor da Baseira, serem contemplados nesta delimitação, para se poder recorrer a fundos, até porque ninguém anda distraído, mas a realidade é que uma área de reabilitação urbana, como define o regime jurídico da reabilitação, e passo a citar: “uma área territorialmente delimitada que em virtude de insuficiência e degradação das estruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de solidez, segurança, estética ou salubridade, justifiquem uma intervenção integrada através de uma operação de reabilitação aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”. Ou seja, é este o propósito da delimitação. Pegando naquilo que é o regime jurídico da reabilitação, sem querer aqui discriminar algumas freguesias eu posso recordar aqui algumas zonas degradadas onde as pessoas com algumas carências de meios podiam também recorrer a algumas formas de financiamento, como por exemplo, o lugar de Canadelo, o lugar de Rua. Aquilo que nós vemos aqui é a freguesia de Vila Caiz que até é uma zona de construções recentes, muito à frente da grande maioria aqui da cidade, que não foram contempladas. Daí eu perguntar, quais os critérios que estão subjacentes à escolha destas três e não outras?

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, disse-lhe que um deles é a densidade populacional. Depois de várias análises técnicas, a única que reunia os critérios necessários era Vila Caiz. Ainda tentámos que outras zonas pudessem ser contempladas, mas os critérios, têm que ver com os traços arquitetónicos, com a construção e também com a densidade populacional. Portanto, de todas as zonas que foram vistas, esta era única que podia ser contemplada.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 2, votos a favor: 46**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA A “APROVAÇÃO DO PROJETO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VILA CAIZ E DOS “INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA NA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VILA CAIZ”.

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação: Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 2, votos a favor: 46**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA A “APROVAÇÃO DO PROJETO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VILA MEÃ E DOS “INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA NA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VILA MEÃ”.

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação: Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 2, votos a favor: 46**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PEDIDO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA FEITOS DE REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, NOS TERMOS E DE ACORDO COM O ESTATUÍDO NA AL. A), Nº 4 DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5/11.

Relativamente a este ponto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores :

HERNÂNI CARNEIRO - PS

No uso da palavra disse que em primeiro lugar gostava de ser informado se este reconhecimento é para regularizar um erro que estava cometido há muito tempo?

Por outro lado era para dizer também que tenho pena que os serviços do ambiente do Município não tenham feito um pequeno memorandum acerca da situação e da maneira de como é que este equipamento está implantado no terreno. O que me dá a entender é que ali há água e outros aspetos que poderão ser prejudiciais no futuro, porque nada nos diz se a água é para rega, ou até para consumo humano.

Outro aspeto que importa salientar é que se hoje aparece aqui este processo, nada nos garante que não vão aparecer no futuro outros nas mesmas condições. Eu faço esta minha intervenção pelo seguinte: eu sei que há muitas decisões que os Municípios têm de aguentar vindas do Poder Central, sobretudo na questão do ambiente. Na sessão de trinta de abril, eu coloquei uma questão ao senhor Presidente da Câmara, na altura, a propósito de uma pocilga que está instalada à margem da ecopista. Tem dias que é impossível passar naquele local. Os serviços de fiscalização disseram-lhe na altura que era com o Ministério do Ambiente em Lisboa, porque aqui em Amarante não tinham grande margem de manobra para resolver a situação. O que eu pergunto é se isto é um facto consumado ou o senhor Presidente, tem hoje, alguma resposta para obviar a esta situação? É uma zona muito frequentada, com muita água à sua volta e que não deve continuar assim.

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

Disse que usava da palavra apenas para dar orientação de voto à bancada. Efetivamente este é mais um dos processos que têm sido submetido à apreciação da Assembleia Municipal para o reconhecimento do interesse público, e por consequência, a sua legalização. São empresas que foram quase sempre legalizadas antes da entrada em vigor do PDM, que posteriormente não tratou de permitir a expansão desta atividade industrial, nem permite a sua ampliação. Nessa perspetiva, se calhar, o que está mal é o PDM, e é por isso que a Câmara apresenta aqui a proposta de regularização. Essa também é das formas da Câmara contribuir para o desenvolvimento da atividade industrial, e esta Assembleia também deve dar o seu contributo, para que isso assim aconteça. Obviamente que esta legalização e regularização desta atividade industrial pressupõe que cumpra todas as normas

técnicas e legais aplicáveis, designadamente o cumprimento das regras ambientais. Neste pressuposto, a bancada do PS votará favoravelmente esta proposta.

Usou de seguida a palavra o senhor **VICE-PRESIDENTE** para dizer que a resposta acabou de ser dada. Isto é um processo de legalização de uma atividade económica que cria postos de trabalho. Esta proposta vem na sequência de uma exigência legislativa, a Lei 165/2014, que permite resolver um conjunto de situações económicas que face ao PDM, não estão nesta altura legalizadas. É um processo que se repete, e por isso as empresas que criam riqueza e mantêm postos de trabalho, dispõem de um mecanismo para as legalizar. É também verdade que as empresas estão sempre sujeitas a serem fiscalizadas, e por isso, terão sempre de cumprir a legislação ambiental, que é uma preocupação de todos.

Por sua vez, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que embora a intervenção do senhor Hernâni tenha sido extemporânea, não significa que a Câmara não esteja atenta, porque não vamos sacrificar tudo, ou um certo modelo de desenvolvimento económico. Eu tenho muitas vezes muitas dúvidas de que quando se legalizam estas situações, isso contribua para a criação de postos de trabalho e para a economia do concelho. Aliás, nós só vamos votar o interesse público na manutenção. Quanto ao resto, não é com a Assembleia Municipal.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se então à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 1, abstenções: 0, votos a favor: 47**. Foi Também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 6 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE RECRUTAMENTO PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS (DARH)

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 1, votos a favor: 47**. Foi Também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Terminada a discussão da Ordem de Trabalhos, foi posto à discussão um assunto Extra Agenda de título: **ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO E OCUPAÇÃO DAS HABITAÇÕES SOCIAIS**, para o qual nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra, Daí, ter-se passado de imediato à votação. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra: 0, abstenções: 0, votos a favor: 48**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram onze horas e trinta minutos. Da reunião foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____